

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## ASSISTENCIALISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SUAS COMO PRÁTICAS DE CLIENTELISMO: o caso dos “coronéis” da Sultana das Flores

Rodrigo Sales Queiroz<sup>1</sup>

### RESUMO

Esse breve ensaio, escrito à luz de reflexões sobre o mundo do trabalho, política social e práticas de corrupção dos direitos sociais, tem o objetivo de contribuir com a produção de conhecimento acerca dos desafios da política de Assistência Social, tensionando o retorno às protoformas assistencialistas e a precarização do exercício profissional de trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, utilizadas como aparatos de manutenção do clientelismo pelos governantes públicos. O texto articula um relato de experiência sobre o SUAS em Conceição do Almeida/BA com os conceitos de uma revisão de literatura sobre o assunto, registrando um projeto de despolitização da Assistência Social no Brasil, que alcança a particularidade do município em questão, conformando condições de trabalho precárias, a oferta de serviços socioassistenciais manipulada em estratégia eleitoral e advertindo para o desmonte do direito social por agentes políticos de diferentes posições partidárias, na condução da Administração Pública municipal.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Assistencialismo; Precarização do Trabalho; Clientelismo.

### ABSTRACT

This brief essay, written in the light of reflections on the world of work, social policy and practices of corruption of social rights, aims to contribute to the production of knowledge about the challenges of Social Assistance policy, stressing the return to assistentialist protoforms and the precariousness of the professional practice of male and female workers from the Unified Social Assistance System, used as devices for maintaining clientelism by public authorities. The text articulates an experience report on the SUAS in Conceição do Almeida/BA with the concepts of a literature review on the subject, registering a project of depoliticization of Social Assistance in Brazil, that reaches the particularity of the municipality in question, conforming to precarious working conditions, the offer of social assistance services manipulated in an electoral strategy and warning of the dismantling of social rights by political agents of different party positions, in the conduct of the municipal Public Administration.

**Keywords:** Social Assistance; Assistencialism; Precariousness of Work; Clientelism.

<sup>1</sup>Doutorando em Serviço Social (PPGSS/UFPE); Mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA); rodrigo.rsq@ufpe.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## 1 INTRODUÇÃO

No registro de primeiras anotações desse breve ensaio, que se conforma a partir de um esforço em elaborar contribuições para uma tradição de produção de conhecimento acerca do mundo do trabalho e das políticas sociais, notifico, em oposição ao paradigma positivista – o qual defende uma perspectiva de elaboração de conhecimento fincada na neutralidade científica – que essa é uma pesquisa firmada na minha implicação, enquanto autor, na produção científica.

Aspiro, tal qual o humanismo materialista histórico-dialético, que os interesses revolucionários da classe trabalhadora, na qual estou inserido, encontrem nesse material aportes de vetorização da luta anti-capitalista e por uma sociedade humanamente emancipada, a partir da tomada de consciência coletiva como motor de uma *práxis* social transformadora.

E situado neste campo, onde existo e insisto em produzir *práxis* em ideias, ações, participação política e comunitária, socialização – que, aqui, ganha corpo através da particularidade, como camada da totalidade social, de um município do Recôncavo baiano, a cidade de Conceição do Almeida – é que reclamo insurgentemente a respeito das estruturas corruptas, de herança coronelista, de fazeres clientelistas, que dimensionam a vida social da população trabalhadora, como revérberos do período de transição ao Capitalismo Monopolista-Financeiro e de suas posteriores ramificações na política de Estado.

Direcionado por esta localização, arrisco questionar: o que há por trás de um território marcado pelos encantos e romances descritos pelo poeta Castro Alves ([18-?]), ao florear as afetividades e acolhidas locais na poesia “À Capela do Almeida”, que se tornou o hino municipal e que atribui à cidade o apelido de “Sultana das Flores”?

Conceição do Almeida é uma cidade interiorana do Recôncavo da Bahia, de Pequeno Porte, com salário mínimo mensal médio da população registrado em 1,5 salários mínimos, com apenas 12% da população ocupando o mercado formal de trabalho e de ampla dimensão territorial rural (BRASIL, 2019; 2021). Esta terra, que possui um histórico de produção fumageira, curiosamente tendo, atualmente, os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



postos de trabalho ofertados, principalmente, por uma fábrica de produção de bens de consumo e pelo Estado, com fortes heranças religiosas e coronelistas, é um terreno delimitado por uma memória de corrupção e precarização do trabalho.

Este produto objetivou traçar as reconfigurações desse poder exacerbado do Estado – a prática coronelista – que desmantelou os sentidos de democracia e construiu cenários de precarização política e apagamento das possibilidades de acesso ao direito – enquanto categoria que formaliza, ainda que de maneira limitada, conquistas da classe-que-vive-do-trabalho.

Ademais, caracterizamos, junto a José Murilo de Carvalho (1997), os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, apontando, contudo, para novas vias de observação desses conceitos, no sentido de produzir uma perspectiva analítica acerca de como se entrecruzam as referidas concepções e desenvolvem configurações contemporâneas (anti-anacrônicas) de uma conjuntura aparentemente extinta, mas que deixa resquícios reelaborados sobre os jardins almeidenses.

Nota-se, com Carvalho (1997), que o mandonismo é uma característica do coronelismo e do clientelismo, onde os “mandões” e o governo estabelecem barganhas entre si e com a população, utilizando da Administração Pública como garantia de permanência no poderio local.

Entretanto, Carvalho (1997) difere o coronelismo do clientelismo, assentando que o primeiro se findou na década de 1930 e foi uma movimentação política de pactuação entre fazendeiros e governantes para a manipulação do voto, através da imposição partidária e política aos eleitores que viviam sob o seu poder. O clientelismo, todavia, faz uso da concessão de benefícios públicos e ofertas de emprego para a barganha do voto com a população. Em todos esses contextos, ressaltamos: há sempre um mandão na narrativa.

A pesquisa, que se apresenta articulando um relato de experiência a uma contribuição analítica, atenta para a política pública de Assistência Social como um instrumento estatal corrompido por um contrato estabelecido entre o clientelismo e a herança coronelista, no município de Conceição do Almeida/BA, através do uso e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



abuso do Estado dos benefícios estatais e empregabilidade no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como o novo “voto de cabresto”.

Desse ponto de partida, anunciamos que Conceição do Almeida é uma cidade que foi emancipada em 18 de julho de 1980, por dois coronéis: Clementino Correia Caldas e José Leandro Gesteira. Segundo o historiador almeidense Geraldo Coni Caldas (1974 apud GOMES, 2010, p. 36), ambos eram comerciantes e lideranças políticas vinculadas aos partidos “Conservador e Liberal”. Caldas, outrossim, ressalta a relevância dos coronéis na luta política, ainda no Império, referenciando-os como “líderes autênticos que ofertaram seu trabalho em prol do desenvolvimento político e socioeconômico do Município.”.

Ressalto a impossibilidade de florear, tal qual fazem os poetas e historiadores locais brancos de classe média, as realidades de uma inconciliável relação entre Estado e política de “mando”, implementadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista e de expressões agudas na particularidade do Município. É necessário reconhecer a centralidade da ideologia liberal de corrupção dos direitos sociais, onde o Estado se reduz diante das necessidades materiais da população e se amplia na decadência das políticas públicas em conservação da sociedade burguesa, que se mantém apoiada na exploração do trabalho e na correlação de forças desiguais.

A proposta do escrito não é desencantar os floreios desse território, mas desconstruir a visão romantizada que não considera as profundidades socioculturais violentas do município como parte do ambiente cultural capitalista. Afinal, há de se fixar as contraproduções de uma emancipação nas bases do coronelismo, em um território que perpetua delineados do “mando” na política municipal; esta que se move e reproduz através das figuras de novos homens brancos ricos e com poder político nas mãos, flexibilizando a Administração Pública e a proteção social para que se tornem ferramentas eleitoreiras.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## 2 NOVAS FACES DO CORONELISMO À BRASILEIRA: o novo voto de cabresto nas bases do clientelismo

Em um descortinamento teórico-metodológico das contradições que produzem a Assistência Social no Brasil, esboçada, a princípio no lugar de não-política e, posteriormente, alcançando o *status* de política pública, entronizamos esta seção tensionando acerca do deslocamento histórico da Assistência Social, situada, outrora, como prática filantrópica e de ação social ao lugar de direito social, mas que perdura resquícios desses campos que despolitizam a dimensão socioassistencial, ainda que esta esteja circunscrita na Constituição Federal de 1988, entre outras normativas estatais, como aparato de garantia de proteção social.

Berenice Rojas Couto (2015), em “Assistência social: direito social ou bem-estar?”, adverte para os riscos de uma plasticidade nas políticas socioassistenciais que, por vezes, assumem características de direito social paramentado na proteção social, ao passo que também são moduladas para capturar protoformas de ação benemerente e, portanto, de sua própria despolitização.

Berenice Couto, Maria Carmelita Yazbek e Raquel Raichelis afirmam, balizadas por uma perspectiva analítica de compreensão das contradições no bojo constitutivo da política pública de Assistência Social, que:

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como **não política**, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 55; grifo das autoras).

Couto (2015) problematiza o aspecto da focalização do direito social, em detrimento de sua universalização, em que a Assistência Social, assumindo um projeto de despolitização da execução e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, abrevia o atendimento a uma parcela reduzida da população. Ademais, sobreleva um caráter gerencialista nos serviços socioassistenciais que saltam o horizonte da política pública para fora da totalidade social.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

É, portanto, que a população demandante atendida nos equipamentos socioassistenciais é cindida da realidade social e torna-se alvo de um braço do Estado burguês cada vez mais debruçado sobre uma prática utilitarista e resolutiva de “problemas” do indivíduo e não sobre as expressões da ordem social vigente, produtora de contradições entre a classe-que-vive-do-trabalho e os acessos às riquezas produzidas por ela (COUTO, 2015).

Paralelamente, em uma perspectiva liberal, o sujeito individual também é evidenciado em razão de seus interesses, visto que a reformulação da Administração Pública, do seu caráter coletivo – no sentido da viabilização de acessos à sociedade civil – em políticas individualizadas – correspondendo aos interesses privados dos governantes e do mercado – atravessa a história do desenvolvimento da sociedade brasileira. Na caligrafia sociohistórica do Brasil contemporâneo, práticas que adulteram, em um viés paternalista, as políticas estatais públicas, como o clientelismo, o coronelismo e o mandonismo, estão presentes, de modo que se tornam fundantes de traços nas relações sociais e nas condições materiais de produção e reprodução da vida da população brasileira.

Acerca dessas concepções, importa salientar que “o problema das relações políticas entre o poder local e o poder nacional não será resolvido por meio de discussões conceituais.” (CARVALHO, 1997, [n.p.]). Contudo, conforme situa Carvalho, tem-se caminhado, no velejar teórico-acadêmico, por direções conceituais que tornam moroso o processo de percepção acerca dos fenômenos da sociedade, dados os equívocos na produção conotativa de conceitos.

Por conseguinte, perceber que mandonismo, clientelismo e coronelismo impactam na formação social brasileira, sem perder de vista a sua variação tangente à situação cronológica e metodológica, é tornar apurado o processo de elaboração de ideias e investigação científica.

Relativo ao mandonismo, Carvalho (1997) delimita que este não se trata de um sistema, mas de uma característica implicada no fazer político. Esse atributo no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



tracejo da política no Brasil esteve presente em toda a constituição da sociedade brasileira.

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. (CARVALHO, 1997, [n.p.]).

Quanto ao coronelismo, José Murilo de Carvalho (1997) aponta que este se elabora no período de 1889 a 1930, na Primeira República, e que ascende justamente com o enfraquecimento dos “mandões” que, então, precisam permutar politicamente com o governo para a permanência no exercício do poder. Para Carvalho, o coronelismo é situado cronologicamente; de modo que pereceu com o aprisionamento dos coronéis na década de 1930.

O clientelismo, para Carvalho (1997), existe desde o período da colonização exploratória do Brasil, sendo materializado pela via do uso de recursos e benefícios estatais visando a captação de votos (seria uma nova experiência de voto de cabresto?).

Carvalho (1997) afirma que há uma tendência ao desaparecimento do clientelismo, à medida em que os direitos civis e políticos vão sendo ampliados. Contudo, firmando um ponto de vista crítico e preventivo, questionamos a natureza dos aparatos burocráticos na garantia de que as políticas estatais não serão corrompidas pelo exercício de práticas paternalistas de ordem burguesa.

Por fim, mas sem a intenção de finalizar quaisquer considerações – pelo contrário: alargar ideias que intersectam essas concepções na política de Assistência Social – é necessário pensar em como clientelismo e mandonismo, e as novas faces do coronelismo, se fazem e refazem na experiência público-estatal, de modo que as políticas sociais permanecem sendo alvo de contraproduções autoritárias.

E como a história é cíclica e não linear, é preciso dizer que não defendemos a existência de uma nova interpretação ao coronelismo, mas identificamos resquícios desse sistema se entrelaçando no presente e atuante clientelismo. Não à toa, “fazendeiros” brancos e com poder econômico permanecem escrevendo a história do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estado brasileiro, agora de um outro lugar: na posição de governantes públicos; e utilizando dos recursos da Administração Pública para perdurarem suas localizações dominantes.

## 2.1 Precarização do trabalho no SUAS e assistencialismo como práticas de clientelismo

Como ferramenta de maturação do clientelismo no Brasil, elevando a decomposição da legalidade estatal e da democracia a níveis densos, a política de Assistência Social, numa inteligibilidade corrupta e liberal do Estado brasileiro, torna-se alvo fácil de manipulação eleitoral; afinal, qual política pública seria passivamente cooptada e corrompida, senão aquela que, sequer, é compreendida como direito?

Nessa perspectiva analítica, os fundos públicos da Assistência Social – seja na concessão de benefícios e auxílios, seja para a contratação de recursos humanos – conquistados por uma extensa e organizada luta da classe-que-vive-do-trabalho, como demanda de intervenção e responsabilização estatal diante das expressões da “questão social”, tornam-se montante de câmbio eleitoral e perdem o seu caráter socioassistencial.

A tarefa de flexibilizar o trabalho no SUAS, contratando e exonerando pessoal – levando em conta a quantia de apoio político e de influência social que se possui – seria enfraquecida pela consolidação de uma conjuntura de regulamentação do trabalho, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a vinculação estatutária não-eventual e a efetiva fiscalização e controle social da gestão no SUAS. Contudo, essa tarefa dos governantes estatais se torna material por meio de uma estratégia precarização do trabalho na política de Assistência Social.

Ainda que consideremos o debate acerca do trabalho improdutivo na teoria marxiana, aquele que não mobiliza diretamente a acumulação de riquezas, é importante argumentar que a precarização do trabalho improdutivo, inclusive de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

servidores públicos, perpetua uma pactuação entre Estado e mercado para a permanência do sistema Capitalista.

O Estado é parte institucional do processo de regulação/regulamentação do trabalho produtivo, e a flexibilização público-estatal (através de focalizações, privatizações e descentralizações compreendidas na ideologia neoliberal) fragiliza o serviço público e seus aparatos burocráticos de proteção social/defesa da classe-que-vive-do-trabalho. Graça Druck (2020) aponta que, em geral, o Estado aborda a precarização do trabalho.

Druck (2020) retoma os estudos de Beatrice Appay (1997 apud DRUCK, 2020) e Annie Thébau-d-Mony (1997 apud DRUCK, 2020), que propõem uma “dupla institucionalização da instabilidade”. Em uma primeira direção, destacam a precarização econômica. Ademais, trazem à cena a precarização da proteção social, apontando para a redefinição nas leis trabalhistas e na regulamentação do trabalho.

Diante de um extenso exército industrial de reservas – uma fila de trabalhadoras(es) à espera de uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho – eleitoras e eleitores declaram seu apoio político a candidaturas, em troca da empregabilidade na Administração Pública, ainda que em condições extremamente precárias, “afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum.” (DRUCK, 2020, p. 501).

Em uma atividade realizada no SUAS no município de Conceição do Almeida, um dos profissionais que atuam na Política relatou que sente que o SUAS é um grande “depósito de funcionários” que tiveram uma promessa de emprego em troca de apoio político.

Druck (2020, p. 502) adverte que:

O conteúdo dessa (nova) precarização [do trabalho] está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho, que se generaliza para todos os tipos de trabalho.

A insegurança do trabalho na Administração Pública, sobretudo no SUAS, dada a profundidade de sua despolitização, varre trabalhadoras e trabalhadores para uma relativização de suas autonomias, para o redimensionamento da Assistência

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Social em benesse, manobrando o palco de um tortuoso clientelismo enraizado na política social.

Diante dos termos de uma política social fragilizada historicamente e da iníqua ação dos agentes da gestão público-estatal, facilmente o imaginário coletivo converte o direito a serviços, programas e benefícios socioassistenciais em uma tática assistencialista de aquisição de votos. A população demandante, que necessita acessar o SUAS, frente ao cenário escancarado do uso de recursos públicos de forma eleitoreira, passa a compreender o direito como “caridade” que somente será realizada, por via da política de Assistência Social, se houver apoio político ao gestor em vigência.

Importa salientar, ainda, que tramitações e aprovações como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos e a Reforma Administrativa compactuam com o desmonte da política de Assistência Social, favorecendo práticas assistencialistas, a precarização do trabalho no serviço público-estatal e o clientelismo através do SUAS. À cargo da Reforma Administrativa está a descontinuidade do trabalho, a desregulamentação da Administração Pública; enquanto a Emenda Constitucional do Teto de Gastos assola o orçamento e financiamento da política de Assistência Social.

O Estado, em todas as dimensões da política neoliberal, vai se esvaindo de suas responsabilidades socioassistenciais e transformando direito em benemerência; trabalho e Assistência Social em precarização e assistencialismo; tempos sombrios de ofensivas sistêmicas a-históricas e contra a sobrevivência da população brasileira.

### 3 A SULTANA DAS FLORES EM XEQUE: despolitização do SUAS na caneta dos novos coronéis almeidenses

Esse último tópico de uma escrita inacabada, vistas as reelaborações da história que mobilizam a realidade sociocultural, é um breve relato de experiência articulado ao marco teórico apresentado no decurso do artigo. Aqui desaguou a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



organicidade experimentada durante 2 anos, por meio da prestação de serviços, no interior da política de Assistência Social, no município de Conceição do Almeida. Mas não somente: considerarei a implicação da minha própria história, enquanto filho da Sultana das Flores, e as histórias contadas pelos meus antepassados; prosas que se balizam pelas e nas circulações da política municipal.

Atuei, entre 2020 e 2022, em um equipamento da política de Assistência Social da Sultana das Flores, como técnico de referência do Serviço Social. Enquanto escrevia esse artigo, fui exonerado do serviço público, sem aviso prévio, sem qualquer direito garantido no âmbito das leis trabalhistas, com justificativas precárias: redução dos investimentos públicos em recursos humanos. A equipe da Proteção Social Especial (PSE) no SUAS, organizada politicamente, solicitou exoneração coletiva e a pasta da PSE no município foi fechada provisoriamente. Situar-se numa pesquisa implicada é uma movimentação que delimita duas vivências encruzilhadas, sem sair ileso de nenhuma delas: escrever sobre políticas públicas no Brasil enquanto se vive a dura experimentação do desmonte público-estatal.

Desse ponto de partida, afirmo que, atualmente, vivemos, nesse recorte do Recôncavo da Bahia, uma disputa política entre a atual gestão da Prefeitura Municipal e um partido de oposição, representado por um membro de uma das famílias mais influentes socioculturalmente da cidade – analogamente, quase uma pequena burguesia local. Este, durante a sua candidatura, no ano de 2020, afirmou que uma das suas estratégias de governo, no âmbito da Assistência Social, era a redução do quadro de Assistentes Sociais, caso fosse eleito. Diante do equivocado projeto, as Assistentes Sociais do município, coletivizadas, repudiaram a fala proferida pelo candidato e realizaram uma denúncia ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – BA, que também se posicionou contra o pronunciamento<sup>1</sup>.

Uma estratégia de mobilização política utilizada pelo representante foi a concessão de cestas-básicas à população, em uma prática de permuta através da benemerência. Paralelamente, o atual gestor ampliou significativamente a concessão de Benefícios Eventuais na modalidade cesta-básica, previstos em legislação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



municipal. Os novos “fazendeiros” almeidenses montam, a duras custas, um ringue de despolitização dos direitos sociais.

Junto às múltiplas questões que se apresentam no cotidiano do SUAS em Conceição do Almeida, cabe salientar o objeto real de um trabalho precarizado e flexibilizado. As contratações temporárias conduzem um constante balé entre onerações e exonerações no cotidiano da Política. Dessarte, a descontinuidade do trabalho social com famílias e com o território se corporifica, desfavorecendo o cenário de superação das vulnerabilidades e riscos sociais.

Ainda em um contexto de precarização do trabalho, importa demarcar as condições de um serviço público afundado na extrapolação da jornada de trabalho assentada em contrato, sem adicional de horas extras e com insólitas possibilidades de compensação em banco de horas. O excedente no tempo de trabalho é resultado de uma contradição entre o elevado fluxo de demandas, que beira uma analogia à superprodução fordista, e o quantitativo reduzido de pessoal contratado.

Entre 2020 e 2022, vivemos dois contextos de emergência em Conceição do Almeida: a pandemia do Coronavírus – uma conjuntura sanitária global que perdurou por mais de 3 anos – e uma crise ambiental que provocou o aumento da densidade pluvial. Em ambas as situações, o SUAS esteve na linha de frente do trabalho com famílias e indivíduos. Contudo, apesar da diversificação e expansão da demanda, não foi priorizada a ampliação de recursos humanos pela gestão municipal.

Frente a um contexto que transversaliza o desmonte da Assistência Social no Brasil, a densidade do fluxo dos serviços socioassistenciais no município e a reduzida equipe de trabalho no SUAS, as profissionais que atuam na Política encontram-se em um nível de exaustão e adoecimento psíquico e físico que as levam, constantemente, à dura decisão, em um contexto de altos índices de desemprego no País, de desligamento do serviço público. Ouvi, certa vez, uma das profissionais do SUAS nomear o CRAS como “Centro de Referência de Adoecimento Social”.

É relevante firmar que, no período em destaque, havia, na política de Assistência Social em Conceição do Almeida, uma maioria de mulheres e pessoas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

negras contratadas. O Estado brasileiro, em suas tragédias anunciadas por meio de políticas destrutivas, permanece reproduzindo divisões sociais e técnicas do trabalho, que também se conformam, como defende Heleieth Saffiotti (1976), através de divisões sexuais e raciais subalternizadoras de mulheres e da população negra na formação social brasileira.

Finalmente, interessa-me questionar: o que restará à população almeidense no âmbito da viabilização dos seus direitos sociais se as condições não são propícias à permanência de profissionais que não barganham com o desmonte público-estatal e se a função socioassistencial do SUAS é parte de uma grande disputa eleitoreira?

**4 “PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES”<sup>2</sup>:** notas inconclusivas para uma resistência política radical

Compreender que nem tudo se encerra quando termina é fixar, aqui, algumas últimas considerações de algo inconcluso, que perdurará em outros escritos, na socioeducação, na mobilização popular, no convite a uma resistência política radical e revolucionária. Opto, então, por florear essas notas inconclusivas aludindo à Geraldo Vandré (1968), em “Pra não dizer que não falei das flores”, música composta no contexto da Ditadura Militar no Brasil, que convocava o povo brasileiro à construção de uma frente contra a bárbara conjuntura de **censura, restrição dos direitos políticos e violência institucional**.

Os registros aqui situados advertem para os resquícios de sistemas paternalistas e para os retrocessos que alcançam a política social de Assistência Social no Brasil, face a um Estado que perpetua políticas de “mando” e da privatização daquilo que é público e socialmente conquistado. O SUAS, secundarizado e despolitizado entre as demais políticas públicas, sobrevive, ainda que de forma precária, pela mobilização de uma militância política que não arreda na defesa intransigente dos direitos sociais.

As concepções de mandonismo e clientelismo na política estatal estilham e decompõem a política de Assistência Social, fundada e estruturada na luta sindical e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



organizada da classe-que-vive-do-trabalho. Destarte, o Estado brasileiro se abstém de seu compromisso de prover proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. A continência do Estado não é exclusividade em sua prática, através de uma posição de observação, mas este elabora intervenções concretas de precarização, degradação da política, desmobilização dos Movimentos Sociais.

A política de Assistência Social em Conceição do Almeida, torna-se, diante de uma totalidade, mas com particularidades territoriais, ferramenta de manipulação no cerco de um antagonismo político em disputa pela gestão municipal. Neste frágil panorama, não restará servidores comprometidos com uma projeção ético-política “para contar a história”. Sequer existirá uma população apropriada de compreensão, autonomia e consciência para si, demandando o acesso aos seus direitos sociais. Muito menos haverá de existir uma política de Assistência Social enquanto política pública e direito do povo. O barco está a afundar.

Mas “pra não dizer que não falei das flores”, notifico, de forma inconclusiva, que há de se fazer florir jardins, sob a força da resistência almeidense, na “Sultana das Flores”. Conceição do Almeida é um solo arado por uma população com um longo histórico de resistências às arrasaduras políticas, ao desemprego, à insegurança alimentar, à destituição de terra, à violência institucional, ao racismo, à misoginia, à exploração do trabalho; por outro lado, é uma população com forte sentimento de comunidade, parte de uma política de vizinhança que só é possível onde todo mundo se conhece por nome e sobrenome – um arranjo particular que pode ser motor de distribuição de sementes de revolta e resistência política.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. **À Capela do Almeida**. [S.l.]: [s.n.], [18-?].

BRASIL. IBGE. **Trabalho e rendimento**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-almeida/panorama>. Acesso em: 04 jan. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



\_\_\_\_\_. **População.** 2021. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-almeida/panorama>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt#>. Acesso em: 04 jan. 2022.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou benesse? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2022.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS; Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS; Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez: 2012.

DRUCK, Graça. Precarização Social do Trabalho. In: IVO, Ivo Anete Brito Leal (Coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. Coord. Anete Brito Leal Ivo; Elsa S. Kraychete; Denise Vitale; Cristiana Mercuri; Angela Borges e Stella Senes. Prefácio e apresentação de Anete B. L. Ivo. 2.ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2020. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

GOMES, Margarete Nunes Santos. **Caprichos e Trapiches: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA (1960-1980)**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antonio de Jesus, 2010.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores**. [S.l.]: Som Maior, 1968. (Álbum Geraldo Vandré no Chile).

<sup>1</sup>Cf.: nota de repúdio do CRESS/BA ao pronunciamento do ex-candidato à Prefeitura de Conceição do Almeida. Disponível em: <https://www.cress-ba.org.br/detalhes/2/1088>. Acesso em: 19 mai. 2023.

<sup>2</sup>Composição de Geraldo Vandré (1968).

PROMOÇÃO



APOIO

